

## GÊNERO, TRABALHO E DESIGUALDADES SOCIAIS: análise das políticas de geração de renda e trabalho para as mulheres no Rio Grande do Norte <sup>1</sup>

Telma Gurgel da Silva <sup>2</sup>

Maria Clariça Ribeiro Guimarães <sup>3</sup>

### RESUMO

As desigualdades no mundo do trabalho tem sido objeto de reflexão e ação política do feminismo, em particular, em sua relação com o Estado. Neste artigo, analisamos a partir da categoria divisão sexual de trabalho, as políticas públicas de geração de renda e trabalho dirigidas às mulheres no RN. O estudo foi realizado com o apoio na revisão bibliográfica e nas entrevistas com gestores(as) de programas na área. No geral as iniciativas não atuam na transformação das estruturas das desigualdades, entre homens e mulheres. E, por vezes, reproduzem aspectos da ideologia da subordinação da mulher.

**Palavras-Chaves:** Feminismo. Políticas públicas. Divisão sexual de trabalho.

### ABSTRACT

Inequalities in the world of work has been the subject of reflection and political actions of feminism, especially in their relationship with the State. In this article, we looked at from the category of sexual division of work, public policies of employment and income generation targeted at women in RN. The study was conducted with the support in the literature review and interviews with managers of programs in the area. In general the initiatives do not act in the transformation of the structures of inequality between men and women. And sometimes reproduce aspects of the ideology of women's subordination.

**Keywords:** Feminism. Public policies. Sexual division of work.

<sup>1</sup> O presente trabalho é um fragmento do relatório da pesquisa: Políticas Públicas para Mulheres: análise das iniciativas do Estado do Rio Grande do Norte no enfrentamento das desigualdades de gênero, realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico PIBIC-CNPq, 2009.

<sup>2</sup> Doutora. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UFRN). [telmagurgel@uern.br](mailto:telmagurgel@uern.br)

<sup>3</sup> Estudante de Graduação. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UFRN). [clara\\_ama@yahoo.com.br](mailto:clara_ama@yahoo.com.br)

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, na América Latina e, em particular, no Brasil têm sido crescente as iniciativas de políticas públicas para as mulheres. Tal fenômeno é decorrente pelo menos de três determinações sócio-históricas: a ação do feminismo, a redemocratização no continente e a conjuntura do pós-guerra fria.

Além da realização de atos políticos de protesto contra os mecanismos de subordinação das mulheres. Este período é marcado também pela realização de conferências em nível mundial e nacional<sup>4</sup> que tiveram como tema as políticas públicas para mulheres.

No Estado do Rio Grande do Norte as primeiras iniciativas nesta área datam do final da década de 1980, com a implantação do Programa Integral da Saúde da Mulher. A partir daí os governos vêm acompanhando, de diferentes formas, a agenda nacional com a implantação de programas e projetos que respondam as demandas das mulheres.

Neste sentido, temos como objetivo apresentar nossa sistematização em torno das políticas para mulheres no RN, particularizando a análise nas ações no campo da geração de renda e trabalho com a preocupação teórica de perceber os impactos dessas iniciativas no processo de produção e reprodução das relações sociais de gênero.

Como ponto de partida nos referenciamos no I Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM)<sup>5</sup>, o qual em seu eixo “Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania”, prever um conjunto de metas que se dirigem ao reconhecimento das mulheres como sujeito do trabalho e superação das desigualdades entre os sexos na totalidade da vida social. Com essa referência fizemos um mapeamento dos programas e projetos implementados no RN, sob a gerência do governo em nível estadual.

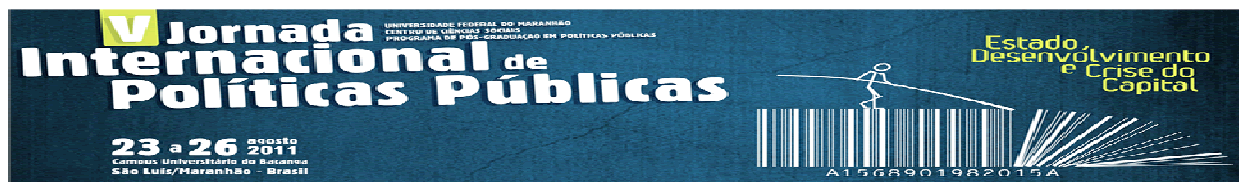
Dividimos o texto em duas partes, na primeira debateremos alguns elementos de ordem teórica que balizaram nossas reflexões como a relação entre a divisão sexual do trabalho, patriarcado e capitalismo. E na segunda parte, apresentaremos nossas análises acerca das políticas de geração de renda para as mulheres no RN.

## 2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, PATRIARCADO E CAPITALISMO

Compreendemos as relações sociais de gênero como sendo as relações estabelecidas entre os sexos, mediadas pela construção social dos papéis atribuídos ao

<sup>4</sup> Referimo-nos ao ciclo de conferências realizadas pela ONU, a partir da década de 1990. E, também as conferências de políticas para as mulheres realizadas no Brasil, a partir dos anos 2000.

<sup>5</sup> Resultado da I Conferência Nacional de Políticas Para as Mulheres, realizada, em 2004 em Brasília.



masculino e ao feminino. Tais papéis definem o que é ser homem e o que é ser mulher nesta sociedade e são repassados a cada geração por meio de simbologias, valores e normas que legitimam a subordinação das mulheres ao poder masculino. Mais do que isso, essa repetição sistemática consolida as relações desiguais de gênero ao ponto do seu caráter de construção social passar completamente despercebido, o que contribui para a reprodução da dominação-exploração das mulheres como sendo um elemento próprio da natureza humana.

A esse sistema denominamos patriarcado. Um conceito central para a análise feminista da ordem social capitalista. Pois o patriarcado, aqui definido como: [...] uma formação social na qual os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente: o poder dos homens.” ( DELPHY, 2000, p. 144), apesar de ser um fenômeno anterior a sociedade do capital, foi amplamente referendado por esta ordem econômica, já que contribui para o processo de acumulação capitalista na medida em que estrutura a hierarquia entre os sexos, com supremacia masculina.

Dentre os mecanismos da dominação patriarcal, destacam-se na atualidade especialmente quatro campos, segundo Camurça (2007): a violência contra a mulher, o controle da sexualidade feminina, a redução dos espaços de participação política das mulheres e a divisão sexual do trabalho.

Particularmente, com o enfoque na última dimensão, anteriormente citada, assumimos como pressuposto, segundo afirma Saffioti ( 2004, pg 136), que, “[...] não há de um lado a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração”. Pois, desde o início da sociedade de classes com o advento da propriedade privada e o fim da liberdade sexual das mulheres, com o estabelecimento da monogamia e de uma divisão sexual de trabalho assimétrica, com a gradativa desvalorização do trabalho feminino. A condição social de subalternidade das mulheres se constitui como elemento imprescindível ao processo de acumulação capitalista.

A divisão sexual foi o primeiro modo existente de repartição do trabalho, inclusive anterior ao aparecimento do excedente econômico na comunidade primitiva (NETTO e BRAZ, 2007), diferenciando-se atividades de homens e mulheres, já que neste período competia aos homens a caça, enquanto às mulheres cabia a coleta e preparação dos alimentos. Observando-se, que em termos de importância social essas atividades se equalizavam, não havendo, portanto, privilégio garantido a nenhum sexo.

Ocorre que o desenvolvimento do modo de produção capitalista, em particular, o processo de industrialização que, para além das transformações na base econômica,



alterou o modo de vida e de pensar societário. Dentre estas transformações importa-nos destacar a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo e a redefinição do papel da família como unidade de consumo.

A divisão sexual do trabalho ganha assim novos contornos, pois além de ser destinada à mulher a responsabilidade com a ordem doméstica, no sentido de garantir as condições para a reprodução da força de trabalho. Ocorre um crescimento da presença feminina no mercado de trabalho, nas diversas atividades. Neste contexto às mulheres passam então assumir jornadas múltiplas de trabalho, nas suas duas esferas: produtivo e reprodutivo, com a mesma intensidade.

Ademais, a divisão sexual do trabalho tem como característica, a distinção da esfera pública para o homem e do trabalho doméstico para a mulher. Segundo Kergoat( 2001, p.89), esta divisão está alicerçada em dois princípios organizadores: “O princípio da separação ( há trabalhos de homem e trabalhos de mulher) e o princípio da hierárquico ( um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher).

Esta divisão portanto, é o substrato material-simbólico que passou a determinar a ocupação de postos de trabalhos, pelas mulheres:

[...] mais precarizados, geralmente informais ou em tempo parcial, salários mais baixos, menor cobertura dos serviços de seguridade social e dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas. Aliado a esses fatores, o trabalho profissional das mulheres é sempre visto como complementar às suas ‘responsabilidades’ domésticas, ratificando-se, assim, a concretização do patriarcalismo (PESSOA e VIANA, 2008, p. 31).

Ilustrativo dessa afirmação são os dados da Fundação Perseu Abramo (2001) na proporção em que demonstram que as mulheres representam hoje, no Brasil, 42% da mão de obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal, sem considerar o trabalho doméstico não remunerado; ainda que a escolaridade das mulheres seja superior à dos homens, permanecem as diferenças salariais e a concentração de trabalhadoras é maior no setor de serviços, em ocupações consideradas menos importantes e com menor remuneração.

Registre-se ainda a realidade das mulheres negras que ao mesmo tempo em que não se inserem em alguns ramos de atividades ou o fazem de forma bastante precarizada em razão de sua condição feminina, em outras atividades – mesmo as consideradas de perfil feminino - não conseguem espaço por sua condição negra.

Nota-se com isso que o fenômeno então denominado de feminização do mercado de trabalho, dado o crescimento do ingresso das mulheres nessa esfera, não se deu acompanhado por mecanismos de enfrentamento das desigualdades entre os sexos. Na

realidade, o patriarcado, enquanto fenômeno social, também está em constante transformação e o mundo do trabalho tem diversas expressões de sua atualidade.

Além das já citadas neste artigo, acrescenta-se que: a maior parte dos empregos femininos continuam concentrados em alguns setores de atividades<sup>6</sup>; as possibilidades de acesso a cargos elevados nas hierarquias institucionais continuam sendo muito mais restritas para a maioria das mulheres; a dificuldade de inserção no mercado de trabalho das mulheres com nível educacional mais baixo é significativamente maior que as dificuldades dos homens na mesma situação; a taxa de desemprego feminina é superior à masculina, entre 10% e 40%, nos países latino-americanos (ABRAMO, 2002), dentre outros dados representativos.

Nesse sentido, permanecem atuais as reivindicações do movimento feminista relacionadas a igualdade no mundo do trabalho e por uma nova divisão sexual do trabalho doméstico, direcionadas ao Estado, na condição de formulador e implementador de políticas públicas.

### 3. POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE RENDA E TRABALHO PARA AS MULHERES NO RIO GRANDE DO NORTE

Embora o I PNPM estabeleça ações amplas relacionadas ao mundo do trabalho e aos direitos das mulheres à documentação, à propriedade, à infra-estrutura urbana e rural e à habitação. As políticas para as mulheres, nessa área, no RN, resumem-se à ações de capacitação e qualificação profissional para o trabalho.

Além da iniciativa do Pró-mulher, programa direcionado a capacitação profissional de mulheres que são atendidas pelas delegacias especializadas, identificamos o projeto de redução da pobreza no rural e o mulheres catarinas. Todos implementados pela Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social- SETHAS. Tais ações visam o incentivo à geração de emprego e renda e inserção das mulheres no mercado de trabalho e apresentam uma característica em comum: todas as atividades eram direcionadas às mulheres vítimas de violência doméstica, atendidas nas Delegacias Especializadas de Atenção a Mulher – DEAM's, que funcionam em Natal, capital do Estado.

<sup>6</sup> “No Brasil, em 1990, metade das mulheres trabalhadoras se concentrava em seis ocupações: empregadas domésticas, balconistas, vendedoras ou comerciantes por conta própria, costureiras, professoras de ensino fundamental e empregadas em funções administrativas. Considerando somente o setor formal da economia, 54% das mulheres se concentravam em treze ocupações principais: professoras de ensino fundamental e médio, enfermeiras, funcionárias públicas de nível universitário, auxiliar de escritório, agente administrativo, auxiliar de contabilidade ou caixa, secretária, recepcionista, vendedora, trabalhadora em conservação de edifícios, cozinheira e costureira” (RAIS, 1990 *apud* ABRAMO, 2002, p. 113).



O Pró-mulher funcionou até o início de 2009 em parceria com o Sistema Nacional de Emprego -SINE, o sistema S -SESI, SESC e SENAI e a Federação do Comércio do RN - FECOMERCIO. Era uma iniciativa que preconizava a capacitação para a inserção e reinserção das mulheres na vida social, mediante o aprendizado ou a capacitação em uma atividade profissional, em especial aquelas dirigidas para o emprego no ramo do comércio ou na criação de pequenos negócios. Entre as motivações para a implementação do projeto destaca-se que:

[...] o que levou a se pensar nesses projetos de renda, de geração de renda foi exatamente por saber das dificuldades que as mulheres enfrentam, muitas vezes chegam a passar 10,15 anos dentro de um ciclo de violência devido a falta de condições de se ingressar no mercado de trabalho. Então... não dá pra trabalhar a questão da mulher sem ter esse foco, sem entender a necessidade que nós temos de ingressar no mercado de trabalho e de ter isso assegurado ( Entrevista na SETHAS).

O projeto mulheres catarinas incentiva o trabalho das mulheres como artesãs num sistema de associação, organizando frequentemente a realização de feiras para que as mulheres possam negociar seus produtos.

Apesar de se constituir como uma ação afirmativa, já que se dirigem a um grupo específico de mulheres vítimas de violência. Ainda se desenvolve, a partir de cursos de capacitação profissional em atividades socialmente definidas como de perfil feminino como fabricação de roupas, pinturas, produção de artesanatos e de outras mercadorias com pouco potencial de agregação de valor. E, sem condições concretas de competir com o nível de exigência que se coloca para o mercado na atualidade.

O projeto de redução da pobreza rural foi idealizado para dar prioridade a projetos de grupos organizados de mulheres. Tem uma atuação em todo o território do RN, com exceção de Natal e Parnamirim.

O processo de concepção, implementação e avaliação do programa contou com a participação de diversos segmentos, entre eles organizações não-governamentais que atuam com a questão da mulher.

A análise dos resultados desse projeto indica que grande parte dos financiamentos foram dirigida a infraestrutura comunitária. E, os projetos produtivos propuseram atividades pouco lucrativas, já que não garantiam investimentos para aquisição de novas tecnologias para a criação e comercialização de animais e aves, por exemplo<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Essa tendência das mulheres abrir mão de suas reivindicações específicas em nome dos interesses mais gerais da comunidade. Já fora identificada por Gurgel (2009), ao discorrer sobre a história da auto-organização das mulheres.



Este fenômeno está em sintonia com a realidade dos países latinoamericanos as políticas desenvolvidas na capacitação para o mercado de trabalho formam mulheres para o desempenho de funções nos setores mais desvalorizadas e mal pagos da economia, contribuindo com a socialização dos custos de produção no continente.

Essa precarização é substanciada pelo Estado que se coloca como um agente externo na negociação entre os capitalistas e a classe trabalhadora. Promovendo, também a desregulamentação das relações de trabalho, para facilitar a redução de custos com a produção dos grandes grupos e buscar a elevação da taxa de lucros.

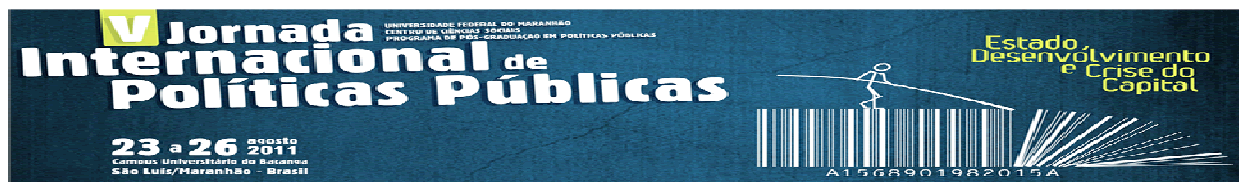
É neste tripé produção x consumo x reprodução que situamos a divisão sexual do trabalho, na singularidade do trabalho doméstico, gratuito, realizado pelas mulheres ao cuidar do lar e da família nas funções de cozinheira, lavadeira, babá, arrumadeira entre outras. Neste ciclo de consumo e reprodução as mulheres contribuem com o barateamento dos custos com a reprodução da força de trabalho. Pois, assumem no âmbito do privado, uma prerrogativa de políticas públicas que é a garantia do pleno desenvolvimento de todas as pessoas, que devem ser inseridas no mercado de trabalho no gozo de sua mais perfeita forma físico-humana.

Assim, podemos identificar que os projetos desenvolvidos apresentam limites que indicam pouca apropriação conceitual do debate acerca da divisão sexual do trabalho. Percebemos, isso tanto em nível de gestão, quanto de operatividade imediata da política ou seja, as técnicas e técnicos de órgãos do Governo do Estado e de organização não-governamental com atuação nas áreas do projeto.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise da condição da mulher no mercado de trabalho e das políticas públicas de geração de renda e trabalho que vem sendo implementadas, avaliamos que na base destas estão as relações de poder fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, incorporando e reproduzindo as relações patriarcais de gênero.

Nosso estudo evidenciou, nessa direção, que as políticas dirigidas às mulheres nesse campo, no RN, ainda são limitadas e quando existem restringe-se à programas de capacitação destinados à incorporação das mulheres no mercado de trabalho, predominantemente em ramos de atividades socialmente menos valorizadas, pulverizada e sem possibilidade concreta de gerar autonomia financeira para as mulheres. Desse modo, não atendem a perspectiva de ruptura com os estruturantes da dominação das mulheres.



Assim, como outras políticas, também percebemos que no campo da geração de trabalho para as mulheres, as ações são, quase sempre, em resposta à condicionantes em nível federal.

Em grande medida são implementadas de forma tecnocrata, sem formação básica para a pesquisa e ação interventiva com mulheres. O que dificulta a dimensão processual de toda ação de construção de identidade coletiva e de ação direta, como a que se propõe o feminismo, como toda perspectiva de autonomia das mulheres.

## REFERÊNCIAS:

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. In: DELGADO, D. G; CAPPELIN, P; SOARES, V (orgs). **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, 2002.

CAMURÇA, Sílvia. “Nós Mulheres” e nossa experiência comum. In: **Reflexões feministas para transformação social**. Recife: SOS corpo, 2007.

DELPHY, Christine. Patriarcat ( Théories Du). In HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène et AL. **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: Pessés Universitaires de France, 2000. p. 141-146.

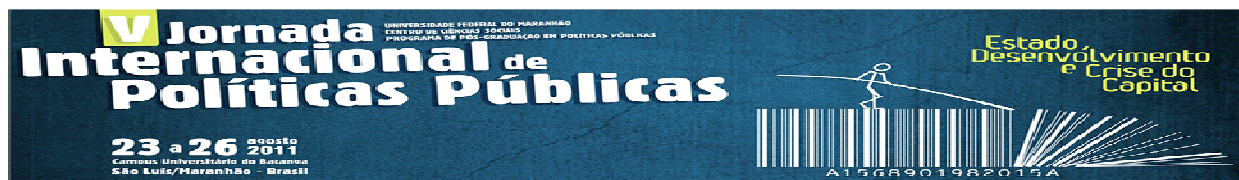
GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classes. **Consulta Popular e Feminismo**, nº 1, São Paulo: Consulta Popular, 2009, p. 08-25.

GURGEL, Telma; GUIMARÃES, M.C.R. **Políticas Públicas para Mulheres: análise das iniciativas do Estado do Rio Grande do Norte no enfrentamento das desigualdades de gênero**. Relatório de pesquisa, 2009.

KERGOAT, Daniele. Le rapport social de sexe- De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: LES RAPPORTS sociaux de sexe. **Actuel Marx** n. 30. Paris: Presses Universitaire de France, 2001. p. 85-100.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca Básica do Serviço Social).





PERSEU ABRAMO, Fundação. A mulher brasileira nos espaços público e privado: como vivem e o que pensam os brasileiros no início do século XXI – Síntese dos resultados. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

PESSOA, Cleudes; VIANA, Raquel; O trabalho das mulheres: caminhos para a autonomia. In: ALVES, M.E.R.A; VIANA, R (orgs). **Políticas para as mulheres em Fortaleza**: desafios para a igualdade. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008 (Caderno da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres).

PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Secretaria Especial de políticas para mulheres, Brasília, 2005 (versão compacta).

SAFFIOTI, H. Gênero, Patriarcado e Violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.